

NÚCLEO DE ESTUDOS INDIGENISTAS



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Letras
sala M, 2.º andar

BOLETIM

AXÉUVYRU

"Meu povo" - (Guató)

NEI

NÚCLEO DE ESTUDOS
INDIGENISTAS

ANO VII - 1988 - N.º 5

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
 Data / /
 Cod. 04000049

ÍNDIOS DO NORDESTE *

Adair Pimentel Palácio

O currículo acadêmico do brasileiro não inclui informações sobre as populações indígenas do país. A temática indígena, nestes quase 500 anos de história, ainda não chegou a fazer parte do perfil educacional do país.

Uma consulta entre pessoas escolarizadas e bem sucedidas na comunidade nacional, provavelmente, demonstrará a veracidade dessa afirmação. Salvo raríssimas exceções, os brasileiros sabem um quase nada sobre os índios e aqueles que têm conhecimento nessa área não o adquiriram através do ensino oficial.

Um teste com perguntas do tipo: "que língua ou línguas falam os Índios do Brasil?" ou "quais os Estados e Territórios onde há Índios?" aplicado a um público escolarizado, possivelmente obteria respostas semelhantes às que foram dadas por 20 professoras da rede oficial do ensino médio em Pernambuco, em 1983: desconhecimento total do assunto.

É provável que a falta de conhecimento sobre os povos indígenas seja a principal causa da indiferença generalizada sobre os seus destinos. Trata-se de uma insensibilidade

* Versão modificada da conferência apresentada na 5ª REUNIÃO REGIONAL DA SBPC, em Maceió, AL, em 30.05.88.

cultural adquirida nos bancos escolares, nos livros didáticos e através de estereótipos difundidos na sociedade.

Ainda há pouco, o *Jornal do Brasil*¹ teceu comentários sobre os direitos adquiridos pelos índios na nova Constituição que revelam o que se quer infringir à população brasileira. Sob o título "ÍNDIO GARANTE TERRA E O DIREITO DE IR À JUSTIÇA", o artigo começa por insinuar o entrave que representam os índios para o desenvolvimento do país: "A Belém Brasília e a Transamazônica poderiam não ter sido abertas, se a nova Constituição estivesse em vigor ...". No mesmo artigo o autor afirma que a população indígena é constituída de 250 mil índios. Mais abaixo, ainda na mesma página, sob o título "ESPAÇO INDÍGENA É DE 763 MIL KM²", um outro artigo comenta: "As reservas indígenas designadas - ainda não demarcadas - totalizam 763 mil 574 Km², um território equivalente a toda a Península Ibérica mais a Alemanha Ocidental, ou a Inglaterra e França juntas. Esses dados, levantados pelo Senador Roberto Campos (PDS-MT), levam ainda a outra comparação: nos Estados Unidos, as reservas limitam-se a 165 mil Km² (inserção nossa da palavra grifada) para quase 800 mil índios. Como no Brasil existem cerca de 150 mil indígenas, a relação é de 8 Km² para cada um, enquanto os índios americanos têm de se contentar com 0,2 Km²". A comparação com os Estados Unidos, contribuição interpretativa do autor do artigo, extrapola a função jornalística de informar e induz o leitor, através de erro, a uma tomada de posição antagônica ao índio.

Se o cálculo for feito tomando por base 150 mil índios, a quantidade de terra para cada indivíduo é de 5 e não 8 Km². Tomando por base 250 mil índios, mencionados acima na mesma página, a proporção é de 3 Km² para cada índio. O autor do artigo não menciona a extensão territorial do Brasil, 8.511.965 Km², 51,78% dos quais é área de terra por ocupar². Também não há menção dessas proporções para os Estados Unidos. Obviamente, a forma capciosa de apresentar a matéria induz o leitor comum a uma postura discriminatória contra as populações indígenas.

Esse tipo de informação, corrente nos meios de comunicação de massa e também encontrado nos livros didáticos, contribui para "fazer a cabeça" do brasileiro.

É possível que essa insensibilidade nacional a respeito dos índios fosse corrigida se se soubesse responder a perguntas simples como as postuladas acima.

São cerca de 170 línguas indígenas faladas no Brasil. Elas não são dialetos e sim línguas tão ininteligíveis entre si e tão diferentes do português como o chinês, o russo ou o grego.

A política lingüística brasileira tem sido muito colonialista. No Brasil, acredita-se em uma unidade lingüística nacional, do Oiapoque ao Chuí, e ignoram-se as minorias lingüísticas deste país, como as de origem européia, asiática, africana e indígena - uma colcha de retalhos de diversas

origens.

A unidade lingüística nacional é uma verdade enquanto inteligibilidade entre falantes de portugueses, que se comunicam de Norte a Sul através de seus dialetos regionais, sem maiores problemas de compreensão. Entretanto, a unidade lingüística nacional é um postulado falso no que se refere ao uso de uma única língua em todo o país.

Esta inverdade está implantada entre os brasileiros, faz parte de uma postura assumida pelo povo e funciona também como uma questão de segurança nacional. Casos lingüísticos como o da Checoslováquia, da Bélgica, da Suíça, ou aqui mais perto, o caso do Paraguai, são ignorados. Acredita-se que se, de repente, admitir-se o uso de mais de uma língua, o país desmorona, retalha-se em pequenas nações antagônicas, perde suas fronteiras continentais.

No que se refere à localização dos povos indígenas brasileiros, eles estão praticamente em toda parte.

Em 1981, a FUNAI registrou dados sobre a localização das populações indígenas que indicavam haver índios em todo o território nacional, exceto nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e no Território de Fernando de Noronha. No começo de 1980, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) publicou um folheto sobre os índios do Nordeste onde registrava a existência de duas comunidades indígenas no Ceará. Em 1986, o CIMI informou sobre a existência de índios também no Rio de Janeiro.

Os dados usados neste trabalho foram publicados no Jornal Porantim, periódico editado pelo CIMI³.

É tradição nacional o não levantamento das populações indígenas. O governo brasileiro nunca se preocupou em recensear as comunidades de índios. Os números de que se dispõe são aproximações fornecidas por órgãos não oficiais. No último censo feito no país, grupos de índios que tinham sido avisados da visita dos recenseadores a suas aldeias, esperaram inutilmente a chegada dos visitantes.

Nesses últimos anos, maiores informações sobre as populações indígenas brasileiras têm chegado ao grande público.

A figura de um representante índio no Congresso Nacional despertou, por algum tempo, a curiosidade popular. Não importa que esse parlamentar tenha sido alvo de críticas por sua "mã" pronúncia do português, ou do ridículo, por portar sempre um gravador. Mas sua figura no Congresso foi, sem dúvida, de grande repercussão em todo o país. Foi a primeira vez na história do Brasil que um índio foi eleito para exercer um cargo público tão elevado.

Também, nos últimos 15 anos, muitas entidades políticas, religiosas e acadêmicas têm trabalhado seriamente pela causa indígena. Entidades como o CIMI, o CEDI (Centro Eclesiástico de Documentação e Informação), a ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), a UNI (União Nacional do Índio), a OPAN (Operação Anchieta), a CPI (Comissão Pró-Índio), a

ABA (Associação Brasileira de Antropologia), que vem trabalhando há muito mais tempo, pequenos núcleos como o NEI (Núcleo de Estudos Indigenistas - do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco) e outros grupos, tantos que seria difícil enumerá-los todos, têm agregado estudiosos, sertanistas, religiosos, técnicos em várias áreas do conhecimento, em prol da causa dos Índios. Algumas dessas entidades têm publicado, promovido encontros, tentado alcançar o grande público e influenciar o poder governamental através de denúncias e cobranças dos direitos dos Índios, e ainda têm empreendido uma luta ferrenha na conscientização desses povos com relação aos seus direitos.

Peço Nordeste começou a colonização brasileira e com ela a desintegração das nações indígenas.

As populações indígenas do Nordeste constituem-se, de um modo geral, nos grupos indígenas mais integrados à sociedade envolvente. O estado atual em que se encontram pode servir de modelo profético ao que vai acontecer com os Índios brasileiros que ainda hoje conseguem manter vivos traços de identidade étnica e cultural como os Yanomami, as nações do Parque Nacional do Xingu, ou alguns outros grupos da Amazônia, dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Goiás.

As populações indígenas nordestinas, nesses quase 500 anos da história do convívio com a comunidade colonizadora, perderam muitos dos seus traços culturais, aqueles que

marcam a identidade de um povo, inclusive a língua.

Por um milagre, essas populações se consideram índias; por ignorância, elas são consideradas não índias.

Os Índios nordestinos têm muitas coisas em comum entre si. Vivem de atividades agrícolas, têm problemas com posseiros, fazendeiros, políticos, empresas particulares e do governo, são altamente discriminados pelas populações urbanas e mais particularmente pelas comunidades circunvizinhas.

Esses Índios têm muitos problemas de terra, talvez mais do que os Índios de qualquer outra região do país. Dos 23 grupos reconhecidos, apenas cinco têm terra demarcada, o que não quer dizer assegurada.

Não se quer aqui tratar da terra, pois este é um problema complexo que foge à compreensão. É difícil imaginar que em um país de proporções gigantescas como este possa haver falta de espaço para grupos tão pequenos.

Tentar-se-á aqui focalizar aspectos educacionais para esses Índios como veículo de sobrevivência, e de identidade étnica.

Os Índios nordestinos enfrentam um problema típico a todos os grupos: a sociedade envolvente resolveu que eles não são Índios. Por que? Primeiramente, porque devido ao grau de assimilação cultural que lhes foi imposto eles estão miscigenados; segundo, porque têm poucas e geralmente as mesmas

manifestações culturais visíveis à comunidade nacional, como a dança do Toré; terceiro, porque têm a mesma fonte de sobrevivência dos grupos rurais envolventes: plantio da mandioca, do milho, etc., que lhes serve de alimento e, ocasionalmente, de produto de comercialização; quarto, porque têm poucas artesanias utilitárias como o trançado, a tecelagem, a cerâmica, etc., que, quando comercializadas, são apenas peças coincidentes com as de outros caboclos locais. Essas peças não têm a beleza do artesanato de índios de outras regiões onde a natureza fornece a matéria-prima e o índio pode dispor de tempo para dedicar-se à contemplação e para criar; e finalmente, porque eles já não têm língua própria que os identifique e sirva de elo cultural, de apoio e de coesão do grupo.

São 23 nações indígenas no Nordeste, vivendo em 79 aldeias, assim distribuídas: duas nações no Ceará, num total de 3.557 habitantes; uma na Paraíba, com 4.418 habitantes; sete em Pernambuco, com 15.258 habitantes; seis em Alagoas, com 2.589 habitantes; uma em Sergipe, com 230 habitantes; e seis na Bahia, com 6.841 habitantes, totalizando 32.893 índios.

Os grupos indígenas brasileiros têm sistema educacional condizente com as necessidades de cada um deles: tarefas para ensinar a sobreviver, ensino sobre a organização social e política do grupo, conceitos de certo e errado, visão do mundo, tradições religiosas, etc., tudo deve ser aprendi-

do por toda a comunidade - não se visa à formação de especialistas.

Em princípio, acredita-se que os índios não precisam do sistema de educação nacional. Eles sobrevivem muito bem sem esses ensinamentos. O contato com a sociedade nacional, entretanto, cria no índio dependência de muitos hábitos. Uma vez conhecida a educação formal, o índio deseja ter escola a imagem da brasileira. O texto escrito é fascinante e o índio percebe o seu poder. Daí nasce o anseio pela escolarização que lhe garantirá o domínio dessa arma poderosa. Não é então mais possível evitar esse tipo de interferência. Uma vez desejada, a educação formal não pode ser evitada - não se pode negar ao índio o acesso ao conhecimento acumulado pelas sociedades ditas "civilizadas". E todo o processo começa pela alfabetização.

Para a maioria dos índios não nordestinos a problemática da alfabetização constitui-se em algo muito sério.

Acredita-se hoje que as crianças devem ser alfabetizadas em sua língua materna. A alfabetização parece processar-se uma única vez na vida, isto é, a apreensão da correspondência entre som e forma visual, o grafema, dar-se-ia em um só momento. Depois desta aprendizagem, a alfabetização em outra língua seria apenas um processo de adaptação a outras correspondências sônicas ou a outros tipos de grafemas.

Muitas línguas brasileiras não estão nem sequer descritas e nada se sabe sobre elas. Outras têm descrições

de aspectos lingüísticos que não são suficientes para a compreensão global da língua. É difícil, se é que é possível, criar um sistema de escrita para uma língua da qual não se sabe as bases de sua estrutura. Estudos etnolingüísticos, análise do discurso, ou qualquer outro tipo de análise lingüística dependem da descrição prévia das línguas.

Descrever uma língua, em seus aspectos gerais, leva aproximadamente dez anos, entre levantamento dos dados e análise. A criação de um sistema de escrita para aquela língua requer mais algum tempo.

Há poucos lingüistas brasileiros engajados nessa tarefa, embora, nesses últimos anos, essa situação tenha se modificado um pouco. Quando, em 1978, lingüistas da UNICAMP fizeram um levantamento para saber quantos pesquisadores brasileiros estavam comprometidos com essa área de estudo, concluíram que não se somavam uma dúzia, entre professores e alunos de pós-graduação em Lingüística.

A situação no momento é bem melhor, mas a área continua muito carente. Acredita-se que o Projeto de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras, aprovado pelo CNPq em janeiro de 1988, irá estimular esse tipo de estudo. Os cursos intensivos que serão oferecidos em todo o país possivelmente motivarão mais estudiosos para a realização dessa tarefa.

Para criar-se um sistema de escrita a partir da descrição de uma língua e posteriormente promover-se a alfabeti-

zação naquela língua, há necessidade ainda do engajamento de pedagogos, professores, antropólogos, além de lingüistas.

Para resolver-se a questão da alfabetização dos índios brasileiros, portanto, há necessidade de levar-se em conta uma série de fatores: primeiro, a alfabetização deve processar-se na língua materna; segundo, as línguas indígenas precisam ser descritas e há poucos lingüistas para a realização dessa tarefa; terceiro, há poucos educadores preparados para aplicar o resultado desse trabalho - ensinar a ler em uma língua dominada pelo professor; e quarto, o processo de ler na língua materna, na maioria dos casos, vai servir apenas de "ponte" para atingir escolaridade em português. Tempo e custeio para alcançar tais metas e beneficiar grupos de baixa concentração demográfica não faz a área muito atraente.

Este problema foi salientado durante a realização de uma Oficina de Trabalho da UNESCO, em Buenos Aires, em outubro de 1986⁴. O temário da Oficina visava à educação de grupos minoritários na América Latina. O que se verificou é que a situação do Brasil neste campo é sui generis. Enquanto os representantes do México à Argentina, com poucas exceções, apresentaram propostas educacionais baseadas em projetos em desenvolvimento para populações de mais de 10.000 índios, verificou-se que no Brasil esses projetos teriam que ser estruturados para grupos de menos de 1.000 pessoas, em sua maioria, pois neste país há nações de nove, vinte e cinco ou trinta indivíduos.

Do ponto de vista prático, descrever uma língua para um grupo de 200 pessoas, por exemplo, e criar um sistema de escrita para essa língua, é tarefa a longo prazo, árdua e aparentemente sem finalidade prática, pois, depois de realizada, o grupo não terá meios e oportunidades de ler na língua nem de usá-la como língua escrita. Entretanto, para os cientistas, assim como para os índios, esse é um trabalho relevante. Para a ciência, a descrição de uma língua é de suma importância, pois o registro das línguas revela muito sobre a história do homem e, neste caso, sobre a memória das raízes de nação. Nas devidas proporções, cada língua descrita representa um sítio arqueológico estudado. Mas isto é de interesse da comunidade científica e não do índio. Para o índio, a descrição de sua língua representa o domínio posterior da língua escrita, uma forma de penetrar no mundo dominado pela sociedade nacional e compreender a "cabeça do branco" para poder usufruir dos mesmos bens e desfrutar das mesmas oportunidades da comunidade nacional envolvente. Além disso, o índio sente necessidade de registrar seus valores culturais para a posteridade, como será demonstrado.

No Nordeste, por não haver praticamente falantes de línguas indígenas, o problema levantado para o resto do país não tem correspondência. A alfabetização é em português e a educação indígena requer apenas adaptações para as situações locais, tanto quanto a educação rural da sociedade envolvente. No caso dos índios, essas adaptações precisam levar em conta certas particularidades das várias comunidades

indígenas.

Há necessidade de refletir-se sobre o material didático a ser usado, a formação do corpo docente e outros detalhes. A escolaridade oferecida para índios e não índios simultaneamente pode criar problemas de ordem social e política geradores de pequenos conflitos: as crianças índias são, muitas vezes, discriminadas por seus pares e até mesmo por seus professores. Também, os professores contratados pela FUNAI são funcionários públicos federais, com situação financeira superior a dos outros professores locais, geralmente funcionários estaduais e municipais, o que gera uma situação de desigualdade e pode provocar disputas pessoais. E ainda, os professores índios, funcionários contratados, têm condições superiores a de outros membros do grupo, o que pode provocar ciúmes entre os que não têm o mesmo status. Tudo isso pode refletir-se no bom andamento escolar.

Entretanto, esses pequenos conflitos não devem invalidar tentativas. Acredita-se que a escola na aldeia e o professor índio, devidamente assessorado, quando necessário, é ainda a melhor opção para as comunidades indígenas em geral e do Nordeste em particular.

Pode-se afirmar, sem grande margem de erro que, no Nordeste, somente os índios Fulniô, de Águas Belas, em Pernambuco, fazem uso corrente de sua língua, o Yatê, que exerce plenas funções sociais no seio da comunidade.

Por que teriam esses índios conseguido manter viva sua língua, enquanto as outras nações do Nordeste perderam essa manifestação cultural tão importante?

Sem dúvida, a manutenção do Ouricuri -- um ritual religioso que congrega os Fulniô durante três meses anualmente, de setembro a novembro -- teria contribuído para isso. Mas, não teriam tido as outras nações do Nordeste motivações religiosas bastante fortes para manterem as suas línguas? Que forças estranhas teriam agido para anular o uso das línguas de todos os grupos, sem afetar os Fulniô? Seria a atitude lingüística desses índios a explicação?

A aldeia Fulniô tem cerca de 2.500 habitantes, onde praticamente todos são bilingües de português e Yatê. Na Aldeia há uma escola onde os professores, índios e não índios, são funcionários da FUNAI e ensinam português.

A língua Yatê está classificada no tronco Macro-Jê⁵ e não apresenta relação de parentesco com nenhuma outra língua. Descrita nos anos 60⁶, ela vem sendo analisada por Marilene Sá Araújo, índia Fulniô, falante do Yatê, que propôs um sistema ortográfico para a sua língua.

Marilena tem o curso de Magistério, é professora de português na Aldeia e tomou a si a incumbência de revigorar o uso da língua através de um sistema de escrita. Adaptou letras do alfabeto romano, com muita intuição, para dar conta da representação fônica do Yatê. Quando percebeu que

precisava de apoio acadêmico para sistematizar essa representação, pediu ajuda ao Setor de Educação da FUNAI, em Recife, que a encaminhou ao NEI, na Universidade Federal de Pernambuco.

O trabalho de Marilena estava quase pronto quando ela procurou o NEI. Ela vinha, já há algum tempo, alfabetizando crianças e adultos em Yatê, nos intervalos das aulas de português. Usava também os fins de semana para isso.

O trabalho conjunto por um semestre, cerca de 16 horas semanalmente, resultou em um sistema surgido das discussões sobre a natureza da língua e sua melhor correspondência com a ortografia usada para o português.

O entusiasmo da professora motivou a FUNAI a autorizar a construção de uma pequena escola na Aldeia, com duas salas de aula, para o ensino do Yatê. Esta escola já está pronta para funcionamento e acolherá cerca de 200 alunos, crianças e adultos, em turnos diferentes. A obra foi acompanhada de perto pela índia que simultaneamente preparava uma cartilha.

Apesar da maioria dos líderes da Aldeia não fazerem oposição à alfabetização em Yatê, eles resistem à publicação de uma cartilha. Acreditam que, uma vez publicada, a cartilha possa ser manipulada fora da Aldeia para a aprendizagem da língua. Assim sendo, Marilena tem uma cartilha pronta, ilustrada por crianças Fulniô, aguardando decisão in

terna do grupo para poder publicá-la. Enquanto isso ela vem trabalhando em um segundo livro.

Os índios Fulniô têm uma atitude lingüística muito especial. Eles não querem que pessoas fora do grupo aprendam a língua. Consideram-na objeto religioso, intocável e não admitem que outras pessoas participem do convívio da língua.

Essa atitude incomum é encontrável entre outros povos do mundo. No Brasil tem-se notícias de uns poucos grupos com atitude semelhante, que talvez tenha contribuído para que os índios Fulniô tenham preservado sua língua.

Como tentou-se demonstrar, o papel da língua indígena estudada, sistematizada em função de um modelo de escrita e aplicada ao uso de seus falantes - alfabetização - não é apenas de interesse de lingüistas e estudiosos da linguagem, nem tampouco um veículo para que o índio atinja à comunidade nacional. É muito mais do que isso.

O caso dos Fulniô exemplifica muito bem que o papel a ser desempenhado pela língua escrita, o Yatê, não se pauta nos mesmos motivos de outros grupos que ainda não dispõem de alfabetização em sua língua materna, para daí alcançar a alfabetização em português. A idéia de um sistema de escrita em Yatê emanou das reflexões de uma índia preocupada com a revalorização da identidade étnica de seu grupo que procurou na língua o elo para consolidação dos valores culturais na nação Fulniô, através do registro de sua própria história.

N O T A S

1. JORNAL DO BRASIL, Seção Política, Rio de Janeiro, 02.06.1988.
2. GAIZER, Júlio Marcos Germany; GAIZER, Celso Luiz Franco & LEÃO, Eduardo. Os índios podem viver: a Constituição pode assegurar este direito. Brasília, CIMI, 1988. 34 p.
3. PORANTIN, Suplemento nº 1, Brasília, CIMI, jan./fev., 1988.
4. A autora deste trabalho participou como convidada da Oficina de Estudos sobre Educação de Grupos Minoritários, realizada na Universidade de Buenos Aires, Argentina, em outubro de 1986.
5. RODRIGUES, Aryon D. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Loyola, 1986.
6. LAPENDA, Geraldo C. Estrutura da língua Iatê. Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Imprensa Universitária, 1968.